

Nesta Edição:

- Em audiência no Senado Presidente da Caixa Econômica Federal afirma que o FGTS não é mais deficitário;
- Comissão de Desenvolvimento Urbano debate uso de sacolas plásticas;

Presidente da CEF afirma que o FGTS não é mais deficitário

A subcomissão temporária do FGTS do Senado Federal realizou audiência pública para debater a distribuição do resultado financeiro do FGTS. Na abertura da reunião o presidente da Comissão, senador Cyro Miranda (PSDB/GO), ressaltou a importância da audiência em virtude dos projetos que tramitam no Congresso Nacional sobre o tema. Entre os projetos em discussão está o que propõe que os lucros do FGTS sejam divididos igualmente entre todos os trabalhadores.

O evento contou com a participação do presidente da Caixa Econômica Federal - CEF, Jorge Fontes Hereda, que explanou sobre a aplicação dos recursos do Fundo que são aplicados no financiamento da casa própria, obras de saneamento básico e infraestrutura.

A senadora Ana Amélia (PP/RS) questionou o presidente da CEF sobre a extinção da multa de 10% sobre o FGTS, criada pela Lei Complementar 110/01, para recompor os recursos do Fundo afetados pelos Planos Verão e Collor I e, também perguntou, se o comunicado do governo ao Congresso Nacional, por meio do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, afirmando que não irá repassar a receita relativa à contribuição adicional de 10% ao Fundo é um demonstrativo de que o FGTS não é mais deficitário.

O presidente da CEF respondeu que o FGTS não é mais deficitário e que a partir de julho de 2012 a contribuição não será mais necessária. E sobre o fato do governo não repassar a receita, manifestou que a CEF é mera operadora dos recursos do Fundo, não tendo nenhum poder decisório sobre tal questão.

Por fim, a relatora, senadora Marta Suplicy (PT/SP), afirmou que a presença do presidente da Caixa foi muito importante para esclarecer dúvidas sobre a gestão do Fundo.

CDU debate o uso de sacolas plásticas

A Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Câmara dos Deputados realizou audiência pública, nesta quarta-feira, para discutir a distribuição de sacolas plásticas em supermercados e lojas do gênero, em atendimento ao requerimento de autoria dos deputados Adrian (PMDB/RJ) e João Arruda (PMDB/PR). Participaram da audiência representantes dos Ministérios da Justiça (MJ) e do Meio Ambiente

painel

■ Instalada a CESP que discutirá o marco regulatório da internet.

A Câmara dos Deputados instalou, nesta quarta-feira, Comissão Especial (CESP) destinada de proferir parecer ao PL 2126/2001, de iniciativa do Poder Executivo, que estabelece os princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. A CESP será presidida pelo deputado João Arruda (PMDB/PR) e terá como relator o deputado Alessandro Molon (PT/RJ).

O projeto consta da Agenda Legislativa da Indústria de 2012, lançada esta semana. O posicionamento da CNI é convergente, com ressalvas, por concordar com a importância de se ter um marco legal internet no Brasil que estabeleça proteção aos diversos atores que convivem no ambiente da rede. Porém, o tratamento isonômico imposto pelo projeto, na forma como está redigido, pode limitar a capacidade dos provedores de oferecerem serviços que atendam às diferentes demandas dos diversos usuários.

(MMA), do Instituto Socioambiental dos Plásticos (PLASTIVIDA), da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (IDECON), da ONG Educação, Cultura, Conscientização e Orientação para a Vida (ECCOVIDA-RJ), e do Conselho Empresarial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Haroldo Mattos de Lemos, da Associação Comercial do RJ, ressaltou a importância de se conceder incentivos fiscais aos produtos reciclados e aos materiais recicláveis. Em sua opinião, a cobrança pelas sacolas plásticas em supermercados incentivaria a reutilização pelo consumidor. Já **Reginaldo Araujo Sena**, do IDECON, observou que essa prática contraria o Código de Defesa do Consumidor que proíbe a venda casada; assim, defendeu que o consumidor tem o direito de receber embalagens para carregar suas compras, mas cabe ao estabelecimento determinar de que tipo seriam as sacolas.

Aldenir Paraguassu, do MMA, observou o aspecto nocivo ao meio ambiente das sacolas plásticas, degradáveis ou não, e citou campanhas do ministério voltadas à educação do consumidor, para que ele tenha consciência que as sacolas plásticas recebidas não são efetivamente gratuitas; têm tanto preço financeiro quanto ambiental. Como resolução da questão do uso de embalagens, defendeu o estabelecimento de parâmetros nacionais, por exemplo, por meio da apreciação do PL 612/2007, em tramitação na Câmara.

Márcio Milan, da ABRAS, informou que os supermercados já iniciaram campanhas para substituir sacolas plásticas tendo como foco o uso da sacola reutilizável, e que algumas dessas campanhas serão promovidas em parceria com o MMA. Mesmo na ausência de estudos que comprovem qual o melhor tipo de material (plástico, alumínio, papel, etc.) e de orientação técnica governamental quanto aos riscos da utilização de sacolas oxi-biodegradáveis, acredita que a indústria do plástico pode e deve investir em novas tecnologias sustentáveis. Disse, ainda, que 18,6% dos consumidores brasileiros já usam ou aprovam sacolas reutilizáveis, e que a média na América Latina é de 34,6%.

Miguel Bahiense Neto, do instituto Plastivida, criticou o uso de caixas de papelão e das sacolas de algodão, sob o argumento de que possuem mais bactérias e fungos que as sacolas plásticas. Acredita que a sacola plástica ainda é o modelo mais sustentável tendo em vista a realidade de consumo no Brasil. Nesse sentido, **Daniele Gomes**, da Eccovida, observou o lado social dos milhares de pessoas que vivem da reciclagem, bem como das indústrias, e que a proibição das sacolas pode resultar em menor geração de renda e até desemprego. Reconheceu a importância social das sacolas como fonte de geração de empregos tanto como reutilização pelos consumidores.